

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.147 - MG (2020/0043546-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : DEBORA LUCAS DIAS**  
**ADVOGADO : REINALDO RAIMUNDO DA SILVA - MG117925**  
**RECORRIDO : ALISIO VIEIRA DE LIMA**  
**RECORRIDO : AUTO VALOR**  
**ADVOGADO : RICARDO DE MOURA AMORMINO - MG070151**  
**RECORRIDO : CESAR JUNIO DA SILVA PIRES**  
**ADVOGADO : LAIS AMORIM DE MIRANDA - MG146946**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 177, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - CONTRATO DE PROTEÇÃO VEICULAR - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SÓCIO QUE ASSINA O DOCUMENTO DO VEÍCULO NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE LEGAL - PRELIMINARES REJEITADAS - AÇÃO ORDINÁRIA - BAIXA DO REGISTRO DO VEÍCULO COM PERDA TOTAL - EXIGÊNCIA DO ANTIGO PROPRIETÁRIO - IMPERTINÊNCIA DA PRETENSÃO - AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - NÃO CONFIGURADO - INEXISTÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR - PEDIDO IMPROCEDENTE.

- Não padece de nulidade a sentença que fornece à parte os motivos de decidir.

- A parte que assina documento de transferência de veículo na qualidade de representante legal da pessoa jurídica portadora do instrumento de procuração para os procedimentos necessários ao ato, não é parte legítima para responder por eventuais irregularidades ocorridas em virtude dos fatos decorrentes da transmissão efetivada.

- O interesse processual ou interesse de agir refere-se sempre à utilidade que o provimento jurisdicional pode trazer ao demandante. Por outro lado, a comprovação do interesse processual, primeiramente, exige a demonstração de que sem o exercício da jurisdição, por meio do processo, a pretensão não pode ser satisfeita.

-As questões administrativas que envolvem a baixa do registro do veículo sinistrado com perda total não são de interesse de o antigo

proprietário exigir a aplicação da lei em relação aos procedimentos a serem adotados para a sua regularização, especialmente se o bem já foi transferido para terceiro perante o órgão de trânsito competente.

- Os simples aborrecimentos e chateações do dia-a-dia não podem ensejar indenização por danos morais, visto que fazem parte da vida cotidiana e não trazem maiores consequências ao indivíduo. Não se tratando de dano presumível, é imprescindível a prova robusta da ocorrência do dano.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 216/224, e-STJ).

Em suas razões, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Afirma que o acórdão recorrido foi omissivo, por não aplicar “o artigo 126 do CTB e resolução 011/98 do CONTRAM, que determinam a baixa do veículo considerado irrecuperável e vedam a remontagem sobre o mesmo chassi, de forma a manter o mesmo registro” (fl. 327, e-STJ).

Argumenta, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial. Alega que outros Tribunais entendem que o mero fato de o “antigo proprietário ter o nome lançado por infração cometida através do veículo dado como perda total, em decorrência então do não cumprimento do art. 126 do CTB, acarreta a obrigação de indenizar por dano moral presumido, ou seja, *in re ipsa*” (fl. 241, e-STJ).

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 268/270, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568 desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

Inicialmente, quanto às alegações de ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015, verifico que essas não merecem prosperar. Isso porque, consoante entendimento consolidado desta Corte, o recorrente não possui o direito de ter todos os argumentos alegados rebatidos, cabendo ao tribunal analisar e debater as questões principais para o deslinde da controvérsia.

Ademais, verifico que o Tribunal de origem analisou expressamente as

questões levantadas pela parte recorrente, de modo que não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado por ela.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos do acórdão cuja ementa transcrevo abaixo:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. JULGAMENTO ULTRA PETITA. EXCESSO. EXTIRPAÇÃO. POSSIBILIDADE. NÃO PROVIMENTO.

1. O acórdão recorrido analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, não se configurando ausência de fundamentação na prestação jurisdicional.

2. A decisão que julga além dos limites da lide não precisa ser anulada, devendo ser eliminada a parte que constitui o excesso. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1339385/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 9/4/2019, DJe 12/4/2019)

Além disso, cumpre registrar que não se conhece do recurso especial interposto pela alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal quando o dissídio jurisprudencial não for demonstrado na forma exigida pelos artigos 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, §§ 1º e 3º do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

A simples transcrição de ementas ou votos, sem a exposição, clara e precisa, das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não autoriza haver por atendida a suposta divergência. Tais circunstâncias prejudicam a compreensão da controvérsia e atraem o óbice contido no enunciado n. 284 da Súmula do STF.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL.  
AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE PERMUTA.

VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME PELO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. ARGUMENTOS GENÉRICOS. INCIDÊNCIA. SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. COTEJO ANALÍTICO NÃO EFETUADO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. OBRIGAÇÃO PESSOAL. INCIDÊNCIA DO ART. 205 DO CC/2002. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A ARTIGOS DE LEI. INOVAÇÃO RECURSAL. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM RECONHECIDA NA ORIGEM. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Inviável a análise de ofensa aos dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada à Corte Suprema. 2. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão tornou-se omissa, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF. 3. O dissídio jurisprudencial não foi comprovado, pois a parte agravante não efetuou o devido cotejo analítico entre as hipóteses apresentadas como divergentes, com transcrição dos trechos dos acórdãos confrontados, bem como menção das circunstâncias que os identifiquem ou assemelhem, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/1973 (ou 1.029, § 1º, do CPC/2015) e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. 4. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo constitucional. Precedentes. 5. A alegação de cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide somente foi trazida nas razões do recurso especial, constituindo indevida inovação recursal, e torna inviável a análise do pleito ante a configuração da preclusão consumativa. 6. A revisão da conclusão estadual - acerca da

legitimidade ativa da recorrida; da legitimidade passiva do recorrente e de não ocorrência da alegada novação e consequente extinção da obrigação - demandaria a interpretação de cláusulas contratuais e o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providências inviáveis no âmbito do recurso especial, ante os óbices das Súmulas 5 e 7/STJ. 7. A incidência da Súmula n. 7/STJ também impede rever a conclusão do TJPR de que os embargos declaratórios tiveram nítido caráter protelatório, o que culminou na aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015. 8. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

9. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1180510/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/6/2019, DJe 25/6/2019)

Ainda quanto ao dissídio jurisprudencial, verifico que a parte recorrente não indicou o dispositivo de lei federal ao qual foi atribuída interpretação divergente, situação que atrai, igualmente, o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. INVALIDEZ POR ACIDENTE. DOENÇA PROFISSIONAL. ENQUADRAMENTO. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O TJSC, a partir da interpretação do contrato de seguro firmado entre as partes e das provas dos autos, concluiu que as doenças profissionais são cobertas pelo contrato de seguro em tela, porquanto está compreendida no conceito de acidente para fins securitários.

Logo, a pretendida revisão das conclusões do acórdão recorrido encontra evidente óbice nos rigores contidos nas Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

3. A falta de indicação pela parte recorrente de qual o dispositivo legal teria sido violado ou objeto de interpretação jurisprudencial divergente implica em deficiência da fundamentação do recurso especial, incidindo o teor da Súmula 284 do STF, por analogia.

4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1274905/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/2/2020, DJe 19/2/2020)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora